Caderno Virtual de Turismo
ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

ARTIGO ORIGINAL

Crescimento populacional e transformações sócio-ambientais em municípios turísticos:
o caso de Poços de Caldas (MG)

Population growth and socio-environmental transformations in cities touristic: the case of Poços de Caldas (MG)

Crecimiento de la poblacion y transformaciones socio-ambientales en ciudades turísticas: el caso de Poços de Caldas (MG)

Alexandre Carvalho de Andrade ‹ andrade.a.c@uol.com.br ›
Mestre em Geografia: Organização do Espaço (Unesp - Rio Claro). Professor da FEM/Faculdade São Lourenço e da Faculdade Victor Hugo. Consultor em Turismo e Análise Sócio Ambiental da RPPN Alto Gamarra/SOS Mata Atlântica.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 21-out-2009
Aceite: 05-jan-2011

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ANDRADE, A. C. Crescimento populacional e transformações sócio-ambientais em municípios turísticos: o caso de Poços de Caldas (MG). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.67-82, abr. 2011.

REALIZAÇÃO

APOIO INSTITUCIONAL

PATROCÍNIO

Resumo: A atividade turística, da mesma forma que outras atividades produtivas, necessita de especificidades potenciais para o seu adequado desenvolvimento. Por envolver a relação direta com a espacialidade, o turismo modifica as dinâmicas econômicas, demográficas e ambientais de uma localidade, mas, na mesma intensidade estas modificações também afetam a atividade. O objetivo deste artigo é demonstrar como as transformações sócio-ambientais que ocorrem em uma localidade podem vir a afetar a atividade turística e como a mesma se adapta a estas mudanças. O município de Poços de Caldas, Minas Gerais, será o cenário de uma análise mais aprofundada deste processo, devido à importância histórica do turismo e às ocorrências de importantes mudanças sócio-ambientais nas últimas décadas.

Palavras-chave: Turismo; Paisagem Urbana; Condicionantes Sócio-Ambientais.

Abstract: The tourist activity in the same way that other productive activities, requires specific potential for proper development. By involving the direct relationship to spatiality, tourism changes the dynamic economic, demographic and environmental aspects of a location, but at the same intensity, these changes also affect the activity. The paper aims to demonstrate how social and environmental transformations that occur in one locality are likely to affect tourism, and how it adapts to these changes. The city of Poços de Caldas, Minas Gerais, will host a further analysis due to the historical importance of tourism and events of major socio-environmental changes in recent decades.

Keywords: Tourism; Urban Landscape; Social and Environmental Constraints..

Resumen: La actividad turística, de la misma manera que otras actividades productivas, requiere potencial específico para su desarrollo adecuado. Por su relación directa con la espacialidad, el turismo modifica los aspectos dinámicos económicos, demográficos y ambientales de un lugar, así como cambios en esas mismas dimensiones también afectan a la actividad turística. El objetivo de este trabajo es demostrar cómo las transformaciones sociales y ambientales que ocurren en una localidad pueden afectar el turismo y cómo el se adapta a estos cambios. La ciudad de Pocos de Caldas, Minas Gerais, fue el escenario de un profundo análisis de este proceso, debido a la importancia histórica del turismo y la ocurrencia de grandes cambios socio-ambientales en las últimas décadas en la ciudad.

Palavras clave: Turismo; Paisaje Urbano; Limitaciones socio-ambientales.

Introdução

O processo de urbanização no território brasileiro resulta em situações contraditórias, pois ao mesmo tempo em que permite a ascensão sócio-econômica de muitos moradores e o desenvolvimento dos setores secundário e terciário, promove, também, a deterioração da paisagem e da qualidade de vida de parte de seus habitantes. No caso das localidades com significativa função turística, ambas as situações muitas vezes compartilham do mesmo espaço geográfico, criando e recriando condições favoráveis e/ou desfavoráveis ao desenvolvimento dessa atividade.

Este artigo tem o intuito de demonstrar como o crescimento populacional, e as conseqüentes transformações sócio-ambientais, interferem nas dinâmicas espaciais de um centro receptor de turistas. É pertinente destacar que não existe a pretensão de realizar somente uma discussão teórica acerca da inter-relação entre as dinâmicas populacionais, a paisagem e o ordenamento territorial em um centro receptor de turistas; mas, tampouco, objetiva-se a realização de um estudo de caso específico e sistemático a respeito do município de Poços de Caldas, Minas Gerais. No entanto, através da interação entre ambos, serão apontadas algumas situações que podem vir a prejudicar e/ou beneficiar os condicionantes sócio-ambientais de uma localidade e os conseqüentes desdobramentos destas para a atividade turística.

Primeiramente, a partir de discussões teóricas, será demonstrado como o crescimento populacional e os conseqüentes impactos sócio-ambientais prejudicam a qualidade de vida e a paisagem de um centro urbano, e, no caso de uma localidade turística, os danos decorrentes desta situação. Na seqüência será ilustrada a importância do planejamento urbano, para adequar a ocupação espacial nas cidades, em consonância com suas características sócio-ambientais, para assim, melhorar as condições paisagísticas e a qualidade de vida de seus moradores, aspectos fundamentais para o desenvolvimento turístico em um território.

Posteriormente será enfocada a situação do município de Poços de Caldas, tradicional centro receptor de turistas desde o final do século XIX. No decorrer do século XX, diversas transformações econômicas, demográficas e ambientais ocorreram na localidade, o que refletiu efetivamente na paisagem e na qualidade de vida de seus habitantes, e, por conseqüência, na espacialização da atividade turística municipal. Essas contínuas mudanças, caso não forem acompanhadas por medidas eficazes de planejamento e gestão, podem comprometer efetivamente a atividade turística do centro receptor, resultando em prejuízos econômicos e sócio-ambientais diversos.

Os estudos relacionados ao crescimento populacional, e as suas implicações na qualidade de vida e na paisagem de uma localidade turística, estão se consolidando no Brasil. Portanto, este artigo pretende colaborar para as pesquisas realizadas nessa temática, através da discussão teórica, mas também, da análise de uma cidade média com importante função turística, porém em processo de transformação sócio-ambiental.

Crescimento populacional e impactos sócio-ambientais em localidades turísticas

As áreas urbanas, por possuírem melhor infra-estrutura de acesso, de serviços e de estabelecimentos turísticos, são recorrentemente, o "ponto de partida" para se conhecer um município ou uma região.

O visitante pode se hospedar em um centro urbano e se deslocar para seu entorno, conciliando diversas opções de atividades para seu entretenimento, estejam elas em espaços naturais e/ou culturais (YÁZIGI, 2003).

Nas localidades com importante função turística é notória a presença na paisagem de estabelecimentos como restaurantes, hospedarias, lojas de produtos locais, cafeterias e agências receptivas, pelo menos em setores do município. Luchiari (1998, p. 17) descreve que "as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização, porque elas são organizadas não para a produção, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens". Portanto, a seletividade espacial da atividade turística é uma constante, sendo beneficiadas as localidades que apresentam mais aspectos favoráveis, tais como a conservação e a valorização dos recursos culturais e naturais, o ordenamento espacial das áreas urbanas e rurais, a adequada infra-estrutura para o desenvolvimento do turismo, e a boa qualidade de vida de seus moradores.

Com o progressivo crescimento populacional e as conseqüentes transformações sociais, espaciais, econômicas e ambientais, a necessidade do planejamento urbano se torna evidente, especialmente se amparado em um plano diretor que contemple as especificidades e potencialidades municipais. A urbanização brasileira produziu (e produz) resultados positivos, como a expansão da economia e a maior abrangência dos serviços públicos. Em contrapartida, freqüentemente provoca impactos negativos que afetam diretamente os seus moradores.

A coexistência dos impactos sócio-ambientais em determinados setores do território municipal, nesse caso majoritariamente nas áreas periféricas, é altamente desfavorável para a prática da atividade turística, e, evidentemente, para o cotidiano de considerável número de residentes. Orellana (1991), Martine (1993), Xavier (1996), Nucci (2000), Coelho (2001), Cano (2003), dentre outros autores, descreveram as ocorrências de variados problemas sócio-ambientais que assolam as cidades brasileiras, tais como a ocupação de áreas impróprias à urbanização, a poluição do ar e dos cursos d'água, a precariedade dos serviços públicos e a deterioração da paisagem.

Nas áreas periféricas, habitadas principalmente pelas populações com menores rendimentos, a situação costuma ser mais problemática. Oliven (1982), Faissol (1992), Smolka (1993), Carlos (1994), Rodrigues (1994) e Valim (1996) apontaram que são nestes locais onde se encontram as maiores precariedades sócio-ambientais no interior de um determinado centro urbano, o que os tornam desvalorizados, e, na maior parte das vezes, marginalizados. Lopes Júnior (2000), Serpa (2002), Yázigi (2003), Lopes (2007) e Costa e Scarlato (2008) demonstraram que o processo de segregação sócio-espacial é corriqueiro nas localidades turísticas brasileiras, especialmente devido à deterioração das paisagens naturais e construídas, mas, também, é ocasionado pelas precariedades das condições de vida de uma parcela dos seus moradores.

As situações descritas favorecem, em recorrentes casos, a formação de "ilhas turísticas", desconectadas do cotidiano da maior parte dos moradores, que freqüentam estes locais apenas para as atividades laborais, não os usufruindo para as práticas contemplativas, recreacionais e culturais. A segregação espacial de um centro receptor minimiza sua atratividade, por desincentivar o turista de desfrutar diretamente do modo de vida dos habitantes do local, tais como os festejos, as manifestações culturais, de seus espaços de convívio, dentre outros. Os lugares possuem significados e valores dados pelos moradores, por serem resultado de suas vivências, afetividades e funcionalidades, que foram construídos no decorrer do tempo pela população, e isso costumeiramente não ocorre nos espaços artificialmente implantados para o turismo, a exemplos dos *resorts* e dos condomínios de residências secundárias (CRUZ, 2002).

Lynck (1960), Krippendorf (1989), Yázigi (1999) e Scherer (2002) enfatizaram a necessidade de desenvolver uniformemente todo um território, principalmente pelo fato de que a própria atividade turística é favorecida pela boa qualidade de vida dos anfitriões, já que assim, os visitantes podem contar com uma infra-estrutura mais adequada, com a existência de espaços públicos de melhor qualidade, pois estes são vivenciados freqüentemente pelos moradores. Além disto, a valorização das especificidades culturais e paisagísticas é mais evidente em locais onde a população possui recursos para viver dignamente. Assim, Yázigi descreve que:

> O universo do turista é inseparável do cotidiano urbano dos cidadãos comuns, onde vivem, sobrevivem, circulam, trabalham e se divertem. As tentativas de delimitar espaços turísticos, mediante cisão artificial, armada e cosmética, são contraditórias do modo como conduzimos a cidadania e o processo civilizatório (YÁZIGI 2003, p. 346).

A paisagem urbana constitui a totalidade. Mesmo quando são valorizados os espaços eminentemente turísticos é pouco provável que os visitantes não tenham contato, ao menos se deslocando pelos eixos viários, com os setores menos desenvolvidos de uma cidade. Freqüentemente são realizadas intervenções urbanísticas, com as mais variadas finalidades; todavia, na maior parte dos casos, essas transformações ocorrem nas áreas ocupadas pela população de maior poder aquisitivo, ou, também, nos setores visitados por turistas. Tendo em vista essa situação, Santos (1997) afirma que, recorrentemente, o próprio poder público colabora para o aumento das desigualdades sócio-espaciais, e para a separação entre as pessoas e os equipamentos dentro de uma cidade. Dessa forma, segundo o autor, o próprio poder público reproduz uma ação especulativa, mesmo que involuntariamente.

Um município deve necessariamente diminuir as desigualdades sócio-espaciais entre seus moradores, e evitar a degradação de seus recursos paisagísticos e culturais. A sobreposição dos problemas sócio-ambientais, que ocorre especialmente na periferia das cidades, resulta em áreas extremamente deterioradas e desvalorizadas, tanto do ponto de vista financeiro quanto para o imaginário da maior parte dos habitantes, como o são os casos das favelas brasileiras. Nas localidades turísticas, estes são fatores que desmotivam a afluência dos visitantes aos mais diversos setores do território, o que, de certa maneira, contribui ainda mais para o quadro de exclusão das áreas periféricas.

Paisagem, qualidade de vida e atividade turística

No transcorrer do século XX, progressivamente a qualidade visual da paisagem passou a ser considerada uma variável importante nas intervenções que são realizadas em um território, possivelmente porque a sociedade começou a valorizar sua contribuição para a qualidade de vida (ESPINO, 1999). Dessa maneira, a organização espacial e a conservação dos recursos naturais e construídos passaram a ser mais apreciadas em diversos municípios, sendo eles turísticos ou não.

De acordo com Tuan (1980), duas idéias têm orientado a implantação das "vilas modelo" e das cidades novas. Uma é que a natureza traz benefícios diretos sobre a cidade e o comportamento de seus moradores; a segunda é que o ambiente arquitetônico exerce um impacto no comportamento e no convívio social. Os mirantes que possibilitam visualizar a paisagem do entorno, os espaços culturais e de recreação próximos a rios, lagos e praias com águas límpidas, as áreas verdes, a conservação do patrimônio construído, e as vias sinalizadas e arborizadas são alguns exemplos

de cenários agradáveis e que favorecem tanto aos turistas quanto aos moradores desfrutarem dos seus benefícios.

A cidade, quando é aprazível ao visitante, motiva-o a querer conhecer sua cultura, seus arredores, o modo de vida de seus moradores, sua história, ou seja, interar em seu cotidiano. Mesmo estando nele pelas mais variadas motivações, um centro urbano pode estimular seu conhecimento na totalidade (YÁZIGI, 2003). Um ambiente visualmente bom incentiva o deslocamento dos visitantes, como também permite uma melhor vivência aos seus moradores, o que favorece a conservação dos seus significados e símbolos pré-existentes (LYNCH, 1960).

A valorização da arquitetura, da cultura, do modo de vida e da memória de uma cidade ou região representa benefícios para os turistas, que terão motivações para conhecer melhor o lugar visitado, mas principalmente, para os moradores, que poderão diversificar suas atividades econômicas e conservar as características funcionais e simbólicas de seu espaço vivido. A integração entre viajantes e visitados é interessante para ambos, o que torna a hospitalidade dos moradores mais um recurso turístico.

As constantes transformações sócio-espaciais, que interatuam em uma cidade, modificam a funcionalidade e a forma dos lugares, substituindo o velho pelo novo, o antigo pelo moderno. Para Calvino (2003, p. 15), "as cidades são as relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do seu passado". Toda localidade tem sua história, sendo necessário ser conservada e valorizada para a memória de sua população, o que favorece, inclusive, o interesse dos visitantes para conhecer museus, templos, centros culturais e a arquitetura das residências e dos espaços públicos.

Em alguns municípios brasileiros, por apresentarem reduzidos contingentes populacionais e possuírem um representativo conjunto arquitetônico, as construções históricas estão relativamente conservadas. Servem de exemplos os centros históricos de Ouro Preto e Diamantina (Minas Gerais), de Olinda (Pernambuco) e da Cidade de Goiás (Goiás), definidos pela UNESCO como "patrimônio cultural da humanidade", e que são importantes atrativos turísticos dessas localidades. Apesar disso, existem consideráveis diferenciações paisagísticas e sócio-ambientais entre o centro histórico e os outros setores das áreas urbanas desses municípios, e, que, por conseqüência, refletem na espacialização da atividade turística pelos territórios destes centros receptores.

Nas metrópoles, e mesmo nas cidades pequenas e médias, com menores potenciais turísticos, as construções históricas dificilmente formam um conjunto harmonioso. Na maioria dos casos, ocorre da continuidade espacial ser invalidada pelas modificações e/ou demolições realizadas pelos proprietários dos imóveis, ou mesmo pelo poder público, mediante desapropriação para a abertura de vias ou a construção de obras. A descaracterização das áreas mais antigas das cidades advém, dentre outros fatores, pela não adequação de suas características aos meios de transportes, que necessitam de vias largas para possibilitar o maior fluxo de veículos e, também, de estacionamentos nas áreas centrais das cidades, próximos aos estabelecimentos comerciais e de serviços; além disso, estruturalmente a maior parte das construções históricas não se adapta às funções econômicas de determinados segmentos produtivos, que necessitam de espaços amplos, arejados e com infra-estrutura incompatível com as características funcionais dessas antigas edificações.

É situação corriqueira a destruição das construções históricas, que são substituídas por edificações "funcionais", porém sem maior valor arquitetônico. A ânsia de modernidade fez com que altos prédios, com fachadas envidraçadas e de linhas retas, tornassem símbolos das cidades contemporâneas, porém, na imensa maioria das vezes, foram implantadas edificações sem nenhum zelo estético e arquitetônico, constituindo verdadeiros "caixotes" revestidos de azulejos, e, que, quando há

funções econômicas, sustentam imensas placas publicitárias do estabelecimento (YÁZIGI, 2003). O próprio poder público recorrentemente colabora para estas deteriorações, em parte por não fiscalizar adequadamente, mas, também, por não criar normas e restrições para a ocupação territorial e para determinadas práticas econômicas nos espaços representativos para as memórias e as relações sociais dos moradores das cidades.

É interessante ressaltar que tal situação gerou uma reação "em cascata": nas metrópoles substituir o antigo pelo moderno significava demonstrar o tanto que a localidade avançava e se assemelhava, nas áreas nobres, com os centros urbanos dos países mais desenvolvidos; nas cidades pequenas e médias a sensação era, em parte, semelhante, e a existência de edifícios residenciais e centros comerciais de "linhas modernas" representavam (e representam) que o "progresso" atingiu tais espacialidades. O que é curioso, e contraditório, é que nos países mais desenvolvidos a valorização, e a conseqüente conservação, das construções históricas e das áreas verdes já ocorrem há tempos, enquanto em nossas cidades, progressivamente, vão sendo deterioradas paisagisticamente, em diversos casos de maneira irreversível. As edificações históricas contribuem para ratificar a ligação simbólica e afetiva da cidade atual com o seu passado, conforme descreve Boira-Maiques:

> Os centros históricos são peças estratégicas na estrutura de nossas cidades. São tramas urbanas nascidas anteriormente à época industrial, que é fruto de relações complexas e distintas, e é preciso entender que não voltarão a produzir-se de maneira idêntica a como se produziram (BOIRA-MAIQUES, 1995, p. 243).

No Brasil, o processo de valorização dos centros históricos é relativamente recente, ocorrendo majoritariamente a partir das últimas décadas do século XX, como nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Salvador, Belém, dentre outras. Objetiva-se através de programas de planejamento urbano existentes nessas localidades, dotar as construções com valores paisagísticos ou históricos de novas funcionalidades, mais adequadas às suas características, como espaços culturais, residenciais e de entretenimento. Apesar disso, as condições de deterioração sócio-ambiental e paisagística, atreladas à desvalorização econômica e social das áreas centrais, em detrimento de outros setores dessas cidades, tornam tal processo lento e conflituoso, como são os casos da "cracolândia" em São Paulo e da região portuária do Rio de Janeiro, onde usos e interesses contraditórios desfavorecem a revalorização destas áreas.

Sitte (1992) enfatizou a necessidade de conciliar as áreas verdes urbanas com o patrimônio arquitetônico existente em uma localidade. Segundo o autor, é fundamental interagir harmonicamente esses dois atributos, para tornar a paisagem mais agradável e o lugar melhor para se viver, assim como para se visitar.

Da mesma forma como ocorre com o patrimônio arquitetônico, a natureza, quando apresenta satisfatória conservação, valoriza o local, esteja ele situado nas áreas urbanas ou no meio rural. Em uma cidade litorânea, por exemplo, os terrenos lindeiros as praias são os mais caros. Em contrapartida, os situados próximos de cursos d'água contaminados são bastante desvalorizados, constituindo, em freqüentes casos, áreas de severos riscos sócio-ambientais.

Os terrenos em áreas altas e com consideráveis declividades possuem valores diferenciados, de acordo com as características do lugar. Em áreas aprazíveis, esses locais são valorizados pela paisagem agradável do entorno, funcionando como mirantes; porém, os localizados em áreas degradadas, do ponto de vista social e ambiental, constituem espaços dos mais desprezados

pela população, já que são áreas com riscos eminentes de deslizamentos e desmoronamentos de encostas.

Os recursos naturais, como praias, rios, lagos, montanhas e bosques, exercem influências determinantes na paisagem de uma cidade e na qualidade de vida dos seus moradores, e por isso devem ser utilizados de forma coerente. Contudo, em diversas localidades, inclusive nas de importante função turística, tais recursos são mal aproveitados, especialmente devido à falta de planejamento, as políticas públicas incoerentes de parcelamento e de ocupação do solo urbano, e, também, pelas severas desigualdades sócio-econômicas existentes nas cidades brasileiras.

Através do planejamento e de políticas de organização espacial, áreas consideradas inaptas para a urbanização, como margens de rios e lagos, pontos elevados e íngremes, fragmentos de matas, dentre outras, podem ser mais bem utilizadas, resultando em melhorias na paisagem e na minimização dos impactos sócio-ambientais urbanos, refletindo em benefícios diversos para a sua população. Em municípios ou regiões com alta incidência de impactos sócio-ambientais, como enchentes, deslizamento de encostas, voçorocas, dentre outros males gerados pela ocupação de locais impróprios para a urbanização, a implantação de parques, bosques, jardins, áreas desportivas, e espaços culturais valorizam o local do ponto de vista ecológico, paisagístico e financeiro. Transformar setores impróprios para urbanização, em áreas valorizadas da cidade, colabora, definitivamente, para a melhoria das condições de vida locais, assim como de suas características paisagísticas.

A contradição no preço do solo urbano, que é também diferenciado pelas características sócio-ambientais de um dado lugar, demonstra a importância dada pela população em viver e/ou freqüentar locais agradáveis. Nessas áreas, onde há a harmoniosa interação de potenciais diversos, tais como a arborização, a conservação das construções e do mobiliário urbano, a qualidade dos serviços públicos, a coerente utilização dos elementos naturais e a funcionalidade das áreas para entretenimento e práticas culturais, são perceptíveis a organização da paisagem e a boa qualidade de vida da população, fatores estes eminentemente benéficos para a consolidação do turismo.

Planejamento e gestão espacial em localidades turísticas

O desenvolvimento sócio-econômico de uma localidade e/ou região depende, necessariamente, da sua capacidade de oferecer vantagens comparativas, efetivas e dinâmicas, decorrentes de seu estoque de atributos e da sua capacidade de contínua inovação (DINIZ, 2002). No caso específico de um município com importante função turística, alguns predicados são essenciais, a exemplos da infraestrutura, dos atrativos, da organização espacial e da sensação de bem estar dos anfitriões, fatores estes atingíveis a partir da estruturação de políticas públicas adequadas, que interajam a totalidade dos moradores, e que sejam coerentes com as condições naturais, demográficas, culturais e econômicas presentes no território.

Souza (2002) diferenciou os conceitos de planejamento e gestão. Assim, planejamento remete ao futuro e significa tentar simular os desdobramentos de um processo, objetivando melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o intuito de melhor tirar partido de prováveis benefícios. Gestão remete ao presente, onde gerir significa administrar uma situação dentro dos limites dos recursos disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. Para o autor, planejamento e gestão, apesar de possuírem conceitos distintos, são complementares.

Pujadas e Font (1999) citaram que o planejamento urbano originou-se da necessidade de ordenar o espaço, em cidades com rápido crescimento populacional, onde cada parcela do solo urbano possui diversos usos possíveis, seja para fins residenciais, econômicos, administrativos, recreacionais ou de contatos sociais. Segundo os autores, a análise do espaço e de sua dinâmica, contrastada com o modelo de cidade que se quer atingir, pode proporcionar os critérios para decidir qual é o uso mais adequado em cada parcela do espaço urbano e municipal.

As principais vantagens, apontadas por Güell (1997), do planejamento estratégico de cidades são: a visão em longo prazo dos resultados, a importância de beneficiar e integrar todos os moradores, e a necessidade de considerar e enfatizar as potencialidades competitivas da localidade em relação às outras. Desta maneira, no caso dos municípios brasileiros, a estruturação e a implantação do Plano Diretor Participativo colaboram para reduzir os impactos sócio-ambientais, e por conseqüência, permitem o melhor aproveitamento de suas potencialidades e aumentam as possibilidades de interações entre os moradores e o seu espaço vivido.

Bravo (1997) salientou que o planejamento do desenvolvimento urbano é um instrumento de suma importância para melhorar a qualidade de vida nas cidades, pois almeja orientar a ocupação espacial, em harmonia com as condições ambientais e para o benefício de seus moradores. Para o melhor gerenciamento dos recursos, uma municipalidade precisa ter um diagnóstico de suas potencialidades e de suas carências, para, a partir da interação entre seus atores sociais, formular estratégias para dinamizar sua economia, melhorar a qualidade de vida da população e utilizar adequadamente seus recursos. É fundamental salientar que cada atividade necessita de um comportamento espacial específico, o que exige estabelecer diretrizes amparadas nas condições econômicas, demográficas, culturais e sócio-ambientais existentes no local e/ou região.

O desenvolvimento sócio-econômico de uma espacialidade, e a boa qualidade de vida de sua população, já são atributos favoráveis para a consolidação de um ambiente propício ao turismo, pelo fato de proporcional uma sensação de aprazível e organização ao lugar. Mesmo que não haja nenhum atrativo mais expressivo, uma localidade agradável já desperta o interesse das pessoas em conhecê-la e, por conseqüência, de permanecer por um maior período de tempo em seu território.

Poços de Caldas, uma cidade média com importância turística: transformações espaciais e relações sócio-ambientais

Localizado na Macrorregião de Planejamento do Sul de Minas, entre as coordenadas geográficas 21°45' - 22°00' S e 46°30' - 46°40' W, o município de Poços de Caldas é um importante centro receptor de turistas, desde as últimas décadas do século XIX. Fontes (1959) e Megale (2002) demonstraram que a existência de fontes de águas minerais, com propriedades medicinais, foi fundamental para o início do processo de povoamento de Poços de Caldas.

Na segunda metade do século XIX teve início o cultivo do café, que se expandiu nas áreas mais baixas e de clima mais quente do município. No interior do planalto, em altitudes que variam entre 1100 e 1700 metros, se desenvolveu a pecuária leiteira e uma crescente atividade turística na Vila de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, que pertencia ao município de Caldas. No final da década de setenta, do século XIX, apesar da falta de infra-estrutura, a estância recebia anualmente de três a quatro mil visitantes (SILVA, 1878).

A implantação da ferrovia, pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, no ano de 1886, proporcionou condições para que a vila se desenvolvesse (MEGALE, 2002), e com isso, obtivesse sua emancipação política em 1888, quando passou a se chamar Poços de Caldas (FONTES, 1959). Nesse período foi construído o primeiro balneário, o que motivou a implantação da infra-estrutura de hospedagem, alimentação e de recreação, como são os casos dos cassinos.

O município, ao longo das três primeiras décadas do século XX, recebeu diversas benfeitorias para a paisagem e para a qualidade de vida da população, tais como parques, jardins, balneários, espaços de recreação, hospital, escolas, estradas, aeroporto, canalização de ribeirões, e a implantação de arruamentos e de sistemas de saneamento. Durante esse período houve, também, considerável expansão da infra-estrutura voltada à atividade turística (MEGALE, 2002).

Posteriormente, ao longo das décadas de 1940 e 1950, consideráveis transformações econômicas ocorreram no município, sendo as mais significativas a descoberta de reservas minerais (bauxita e urânio, especialmente), e a obrigatoriedade do fechamento dos cassinos, devido a um decreto presidencial de 1946 (MEGALE, 2002). A referida autora descreve que o fechamento dos cassinos resultou em prejuízos ao comércio e a indústria, setores ligados diretamente, neste momento, a atividade turística municipal.

Após esse período, a extração mineral passou a constituir, juntamente com a agropecuária, a indústria e o turismo, importante fonte de rendimentos para o município. Poços de Caldas, apesar de anteriormente apresentar seu crescimento econômico e populacional atrelado ao turismo, já possuía, na década de 1950, uma economia relativamente diversificada, conforme descreveu Fontes (1959, p. 390): "embora seja uma cidade turística por excelência, Poços de Caldas tem um parque industrial em franco progresso".

A partir de meados do século XX, progressivamente o município foi interagindo diferentes atividades econômicas, que transformaram (e transformam) as condições demográficas, espaciais, paisagísticas e sócio-ambientais locais. Nos dias atuais, Poços de Caldas está dentre as mais produtivas economias do estado de Minas Gerais, sendo os setores secundário e terciário responsáveis por 92,2% da População Economicamente Ativa e 97% do Produto Interno Bruto municipal (IBGE, 2005).

Para a atividade turística, se por um lado o fechamento dos cassinos e a descoberta de novos medicamentos, que minimizaram os tratamentos com águas minerais, prejudicaram a afluência de turistas com essas finalidades, por outro o crescimento econômico do município resultou na visitação de um número maior de pessoas a trabalho, o que contribui para minimizar a sazonalidade da atividade. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, atualmente a afluência de turistas para o município é superior a um milhão de pessoas por ano (PMPC, 2005).

As referidas transformações econômicas cooperaram para o crescimento populacional, especialmente na área urbana, que abriga mais de 97% dos moradores. Em 1950, o município de Poços de Caldas possuía 25.237 habitantes, sendo 152.496 em 2010 (IBGE). As migrações intra-estaduais e interestaduais (especialmente proveniente de São Paulo, com 71,8% do total) apresentam significativa relevância para o acréscimo demográfico municipal, assim como ocorreu em outras localidades das regiões mais prósperas do estado de Minas Gerais, conforme descreveram Carvalho et al (2002), Brito e Horta (2002) e Martins et al (2007).

O crescimento urbano foi bastante expressivo em Poços de Caldas. A população da cidade em 2010 é sete vezes maior que em 1950. O contingente demográfico do meio rural, ao contrário do urbano, apresentou decréscimo no referido período, fato esse que ocorreu também em outros municípios da região e do país.

As transformações econômicas e demográficas resultaram em diferenças sócio-ambientais e paisagísticas relevantes no espaço intra-urbano. Assim, as ações do poder público, as práticas econômicas, os rendimentos dos moradores e os múltiplos usos do território colaboraram para a existência de certas diversidades e pecualiariedades entre os setores da cidade, como serão descritas a seguir.

Devido ao seu pretérito povoamento, a área central constitui o núcleo pioneiro de Poços de Caldas. Porém, no decorrer das últimas décadas, os setores leste, oeste e sul da cidade foram os que apresentaram maiores acréscimos territoriais, pois, ao norte o Parque Municipal da Serra de São Domingos constitui uma barreira natural para a expansão horizontal da área urbanizada.

A área central, com vias planejadas em forma de tabuleiro de xadrez, concentra a maior parte das atividades comerciais, de serviços e de apoio à atividade turística, como hospedarias, restaurantes, lojas de produtos locais, fontes de águas minerais, balneários hidrotermais, dentre outros. Este setor, atualmente com significativa verticalização das construções, foi o que recebeu a maioria das melhorias urbanas, especialmente devido ao turismo historicamente ser uma importante atividade para a economia local. Graças a isso, na área central da cidade existem parques e jardins, construídos nas décadas de 1920 e 1930, período de grandes melhoramentos na paisagem e na infra-estrutura do centro da cidade.

A conservação das construções históricas também é perceptível em determinados locais da área central. Os antigos cassinos Palace e Urca passaram por projetos de revitalização, que os transformaram em espaços voltados às atividades culturais e para a realização de eventos. O mesmo ocorreu na Villa Junqueira, onde atualmente funciona o Museu Histórico e Geográfico. A conservação dos patrimônios históricos e culturais na área central de Poços de Caldas foi motivada, em parte, pela importância destes para a atividade turística.

A existência de espaços verdes e arborizados, parques, jardins, e dos espaços culturais, de recreação e para eventos, além da infra-estrutura e dos atrativos turísticos, tornam o centro valorizado na estrutura urbana de Poços de Caldas. Apesar disso, aspectos como o trânsito, a intensa verticalização e a descaracterização da paisagem, se não forem alvos de ações públicas, poderão prejudicá-lo futuramente.

Em bairros de classe média alta, como o Jardim dos Estados, situado a nordeste da cidade, a expansão urbana foi ordenada, reproduzindo as condições paisagísticas da área central, porém, com o predomínio da função residencial. Nesse bairro, que faz limite com o Parque Municipal da Serra de São Domingos, estão localizados atrativos turísticos como o Recanto Japonês e a Casa da Cultura do Instituto Moreira Salles.

No setor oeste, ocupado basicamente por bairros residenciais, há a existência de vias arborizadas, parques e a represa do Bortolan, onde o entorno vem sendo ocupado por residências secundárias, hospedarias e restaurantes. Esse setor, onde estão instalados o campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG) e o shopping Minas Sul, apresenta considerável expansão de condomínios residenciais horizontais.

As áreas periféricas, de povoamento recente, são as que apresentam maior crescimento populacional. Em Poços de Caldas, a expansão do espaço urbano, especialmente a leste e no extremo sul, ocorre de forma um tanto desordenada, inclusive em áreas inadequadas para o urbanismo, devido à alta declividade do terreno e/ou a proximidade com cursos d'água, como ocorrem nos bairros Parque Pinheiros (leste) e Jardim Kennedy (sul). O perfil inacabado das construções e a ausência de arborização são características desses locais, que apresentam nítidas diferenças para os setores habitados por pessoas com maiores rendimentos, e já consolidados no espaço urbano.

Apesar de haver desigualdades sociais expressivas, como ocorre também em outros municípios do país, a população de Poços de Caldas possui satisfatórios indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano municipal, de 0,841, no ano de 2000, é o mais elevado do estado de Minas Gerais e o sexagésimo terceiro do país (FJP, IPEA, PNUD: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003). Quando comparado a setenta e sete "cidades médias" (população entre 50 e 200 mil habitantes), com notória importância da função turística, o município de Poços de Caldas apresentou indicadores melhores do que a média em todos os dezoito atributos, que foram agrupados quanto aos rendimentos, o acesso aos bens de consumo, a abrangência dos serviços públicos residenciais, a escolaridade e a saúde (ANDRADE, 2005).

Andrade (2005) constatou, também, que a percepção dos moradores do município, a respeito da qualidade de vida e da paisagem em seu espaço vivido, é amplamente favorável, com a maior parte dos entrevistados descrevendo-as como boas e/ou muito boas, sendo irrisório o percentual que as narrou como ruins e/ou muito ruins. Porém, é importante ressaltar que a quase totalidade dos moradores admitiu, nessa mesma pesquisa, que o crescimento populacional afetou a qualidade de vida e a paisagem urbana, especialmente devido à redução da sensação de tranqüilidade e de segurança, e a sobrecarga na infra-estrutura municipal.

Atualmente, em Poços de Caldas são menores os impactos sócio-ambientais típicos das metrópoles e, mesmo, das cidades médias brasileiras. Apesar disso, se medidas de planejamento não forem executadas, o crescimento populacional, e as conseqüentes mudanças espaciais, poderão vir a comprometer as condições locais.

Condições sócio-ambientais e a espacialização da atividade turística no município de Poços de Caldas

Em Poços de Caldas, historicamente, os atrativos turísticos, tais como as fontes de águas minerais, os balneários hidrotermais (Termas Antônio Carlos e Balneário Mário Mourão) e o teleférico, estão localizados na área central da cidade, próximos aos estabelecimentos comerciais e de serviços. Essa situação propiciou a implantação de hospedarias, restaurantes e espaços culturais, de eventos e de recreação neste setor da área urbana, o que contribui para interagir os turistas ao cotidiano dos moradores. Nesse setor se encontram também outros monumentos e logradouros de interesse turístico, como o relógio de flores, o parque José Afonso Junqueira e a Praça Pedro Sanches, sendo, nesses últimos locais, frequentes as realizações de eventos artísticos e culturais.

No centro da cidade, além dos atrativos e dos estabelecimentos de hospedagens e de alimentação, existe uma expressiva infra-estrutura de apoio a atividade turística, composta por agências de receptivo, feiras de artesanato, lojas especializadas em produtos locais, centro de informações, mercado municipal, assim como por opções variadas de entretenimento para moradores e visitantes, a exemplos de cinemas, teatros, bares com música ao vivo, museus, espaços culturais, livrarias, dentre outros.

Nas áreas residenciais, ocupadas majoritariamente por moradores com satisfatórios rendimentos financeiros, há a existência de parques públicos (Antônio Molinari, Country, Recanto Japonês, Fonte dos Amores e Serra de São Domingos) e privado (Walter World), de represas (Bortolan e Saturnino Brito) e de centros culturais, comerciais e de eventos. De uma maneira geral, existe, nessas áreas, a

presença de espaços públicos com satisfatórias condições paisagísticas e funcionais, o que favorece a expansão dos estabelecimentos de apoio a atividade turística, especialmente os voltados à hospedagem, alimentação, entretenimento e comercial, inclusive de produtos locais, como cristais, alimentos e artesanatos.

Apesar de historicamente a atividade turística ser concentrada na área urbana do município, a recente valorização do meio rural e da natureza como produto turístico, que ocorreu (e ocorre) em âmbito global, incentivou o desenvolvimento dessa prática econômica no espaço rural poços caldense. A existência de recursos paisagísticos e culturais motivou, no decorrer das últimas duas décadas, a implantação de empreendimentos de hospedagem (pousadas e hotéis-fazenda), de alimentação (pesqueiros, restaurantes e lanchonetes) e de entretenimento (passeios a cavalo, rampa de voo livre e locais para atividades desportivas e recreacionais variadas).

Dentre os setores municipais, apenas os bairros periféricos urbanos apresentam inexpressiva funcionalidade turística. Mesmo havendo os serviços básicos para a qualidade de vida da população, como vias calçadas, iluminação pública, saneamento, coleta de efluentes, serviços de educação, saúde e transportes, essas áreas são pouco atrativas do ponto de vista paisagístico, pelo menos da maneira como as mesmas se encontram estruturadas na atualidade.

Apesar das diferenças sócio-espaciais, também recorrentes em outras cidades, em Poços de Caldas não existe uma nítida segregação do espaço turístico, em relação aos territórios vivenciáveis no cotidiano dos moradores. Historicamente, a visitação turística e as atividades econômicas do setor terciário compartilham o mesmo espaço: a região central da cidade. Todavia, é notória a diferença na paisagem entre as áreas "nobres", se comparadas às periferias urbanas. Essa desigualdade não se reflete apenas no padrão das construções residenciais e das edificações voltadas à produção e ao consumo, mas, também, ela se processa na qualidade do arruamento, das áreas verdes e dos espaços públicos voltados às práticas desportivas, culturais e de convívio social.

Se por um lado, é nítida a tendência de expansão da atividade turística no meio rural e nos bairros residenciais ocupados pelos moradores com maiores rendimentos financeiros, por outro, o contínuo crescimento populacional e a expansão urbana das áreas periféricas necessitam de uma melhor estruturação, para, dessa forma, estes locais serem mais aprazíveis aos seus moradores, e, quem sabe um dia, virem a constituir espacialidades mais atrativas para os visitantes.

É importante destacar que no Plano Diretor de Poços de Caldas são referidas diretrizes diversas, como a melhoria paisagística dos setores mais valorizados pelo turismo, majoritariamente a área central, a divulgação do município, e o progresso da infra-estrutura de apoio a atividade turística, mas, porém, não é evidenciada a intenção de interagir efetivamente as áreas periféricas com o turismo municipal. Evidente que é enfatizada a necessidade de reduzir as desigualdades sócio-espaciais, assim como do ordenamento territorial dos mais diversos setores do município, todavia é notoriamente restrito o interesse pela melhoria das condições paisagísticas das regiões menos valorizadas da área urbana (PMPC: Plano Diretor, 1994).

É fato que a valorização das condições paisagísticas da região central de Poços de Caldas beneficia a todos os moradores, já que são áreas com circulação de visitantes e de pessoas dos mais diversos pontos do município. Em contrapartida a existência e a expansão das áreas periféricas, se continuarem ocorrendo sem maiores esmeros quanto à estética urbana e as condições sócio-ambientais, podem colaborar efetivamente para a deterioração da paisagem e da qualidade de vida de seus moradores, afetando de maneira direta e indireta a toda municipalidade, assim como o desenvolvimento da atividade turística.

Considerações finais

No decorrer das últimas décadas, o município de Poços de Caldas apresentou consideráveis transformações demográficas, econômicas e sócio-ambientais, que refletiram diretamente no ordenamento espacial e nas condições de vida de seus moradores. Se por um lado houve um processo de desenvolvimento econômico e social, por outro é perceptível o surgimento de consideráveis impactos negativos nas condições sócio-ambientais e paisagísticas municipais.

Assim como em diversas outras localidades brasileiras, em Poços de Caldas existem consideráveis desigualdades sócio-econômicas entre os setores da cidade. Tal situação reflete de maneira efetiva na paisagem, e, por conseqüência, na espacialização da atividade turística, nitidamente concentrada nas áreas centrais e nos bairros ocupados por moradores de melhor poder aquisitivo, onde está localizada a maioria dos atrativos e dos estabelecimentos de apoio a atividade. Em contrapartida, as áreas periféricas são notavelmente menos valorizadas.

Através de um efetivo planejamento, há a possibilidade de melhorar as condições sócio-ambientais das áreas periféricas de Poços de Caldas, refletindo diretamente na paisagem local. Evidentemente que em uma sociedade estratificada, tal como a brasileira, não é tarefa simples transformar um espaço deteriorado em um local valorizado do ponto de vista paisagístico e/ou sócio-ambiental; porém, em se tratando de uma cidade média, onde a qualidade de vida dos moradores é satisfatória se comparada à realidade nacional, a implantação, nas áreas periféricas, de espaços e serviços públicos de melhor qualidade, pode contribuir para a valorização das condições paisagísticas da área, e refletir beneficamente na qualidade de vida de seus moradores, aspectos estes fundamentais para a atividade turística em um centro receptor.

Referências bibliográficas

ANDRADE, A.C. Paisagem e qualidade de vida em localidades turísticas: o caso de Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. 2005, f.188 pg. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unesp, Rio Claro, 2005.

BOIRA-MAIQUES, J.V. La rehabilitación urbana en los centros históricos valencianos. El caso de Valencia, Alicante y Alcoi. Cuadernos de Geografia nº 58. Valencia: IG, p. 241 - 258, 1995.

BRAVO, M. T. D. Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. Revista Geográfica Venezolana vol. 38 nº 2. Mérida: Instituto de Geografia, p. 153 - 164, 1997.

BRITO, F.R.A; HORTA, C.J. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. Décimo Seminário sobre a Economia Mineira. (Anais). Diamantina: Cedeplar/Ufmg, 2002, pp. 236 - 252.

CALVINO, I. As cidades invisíveis. São Paulo: ed. Folha, 2003. 158 p.

CANO, W. Da crise ao caos urbano. In: GONÇALVES, M.F; BRANDÃO, C.A; GALVÃO, A.C (org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Edunesp/Anpur, 2003. pp. 289 - 299.

CARVALHO, J.A.M (et al). Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira (1982 – 2002). (Anais). Belo Horizonte: Cedeplar/Ufmg, 2002, pp 239 - 262.

COSTA, E.B; SCARLATO, S.C. Uma teoria geográfica para a análise da produção sócio-espacial das cidades históricas turísticas. Geografar v. 3 nº 2. Curitiba: Ufpr, p. 24 - 58, 2008.

CRUZ, R.C.A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 107 - 119.

DINIZ, C.C. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. Belo Horizonte: Cedeplar/Ufmg, 2002. 21 p.

ESPINO, E.P.C. Paisaje y turismo. Tercero Congreso de Ciencia del Paisaje. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999, pp. 77 - 83.

FAISSOL, S. (et al). Organização territorial e/ou uma geopolítica da população: Qual o desafio para o próximo milênio? Revista Brasileira de Geografia (54). Rio de Janeiro: Ibge, p. 75 - 95, 1992.

FONTES, G.B.C. Poços de Caldas. Enciclopédia dos municípios brasileiros – vol. 26. Rio de Janeiro: Ibge, 1959. 459 p.

GÜELL, J.M.F. Planificación estratégica de ciudades. Barcelona: Gustavo Gili S/A, 1997. 239 p.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 235 p.

LOPES, J.R. Cidade, subjetividade e território: representações de moradores de favelas. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local vol. 8 nº 1. Campo Grande: Ucdb, p. 81 - 94, 2007.

LOPES JÚNIOR, E. População e meio ambiente nas paisagens da urbanização turística do Nordeste: o caso de Natal. In: TORRES, H,G; COSTA, H,S,M (org.). População e Meio Ambiente: Debates e Desafios. São Paulo: Senac, 2000. pp. 213 - 231.

LUCHIARI, M.T.D.P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L.C. (org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber – fazer turístico, vol. 2. Fortaleza: Uece, 1998. pp 15 - 29.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1960. 205 p.

MARTINE, G. População, meio ambiente e desenvolvimento; o cenário global e nacional. In: MARTINE, G. (org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: Unicamp, 1993. pp. 21 - 41.

MARTINS, H.E.P (et al). Urbanização, migração e emprego: uma análise de municípios no Triângulo Mineiro e no Sul de Minas. Pesquisa e Debate vol 18 nº 2 (32). São Paulo: Puc, p. 283 - 305, 2007.

MEGALE, N.B. Memórias Históricas de Poços de Caldas. Poços de Caldas: ed. Sulminas, 2002. 270 p.

NUCCI, J.C. Qualidade Ambiental e adensamento urbano. São Paulo: Humanitas/USP, 2000. 236 p.

ORELLANA, M.M.P. O meio ambiente urbano. Boletim de Geografia Teorética vol. 21 nº 42. Rio Claro: Ageteo, p. 95 - 99, 1991.

PUJADAS, R.; FONT, J. Ordenación y planificación territorial. Madrid: Síntesis, 1999. 399 p.

RODRIGUES, A.M. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1994. 72 p.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1997. 88 p.

SCHERER, R. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. In: YÁZIGI, E. (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 83 - 105.

SERPA, Â. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. pp. 133 - 147.

SILVA, J.J. Tratado de geographia descriptiva especial da Provincia de Minas Geraes. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1878. 177 p.

SITTE, C.. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Ática, 1992. 239 p.

SMOLKA, M. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In: MARTINE, George (org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: Unicamp, 1993. pp. 133 - 147.

SOUZA, M. L. Mudar a cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556 p.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

VALIM, Ana. Migrações: da perda da terra à exclusão social. São Paulo: Atual, 1996. 56 p.

XAVIER, H. Percepção geográfica dos deslizamentos de encostas em áreas de risco no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. 1996. f. 222pg. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Rio Claro, 1996.

YÁZIGI, E. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E; CARLOS, A.F.A; CRUZ, R.C.A. (org.).Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: ed. Hucitec, 1999. pp. 133 - 155.

YÁZIGI, E. Civilização urbana, planejamento e turismo. São Paulo: ed. Contexto, 2003. 359 p.